

### O indígena no Brasil — 2.ª parte: Os índios

# Brancos e cobra andam juntos no sertão

DO SERVIÇO ESPECIAL

A atual Constituição do Brasil tem 200 artigos. Diz o antepenúltimo: "Art. 198 — As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes".

A transferência constante dos índios para locais diferentes dos de sua origem é uma das atitudes que mais provoca protestos dos antropólogos, sertanistas e humanistas. Entretanto no Brasil ela tem ocorrido constantemente.

Quando o território onde vivem apenas índios começa a receber colonos, madeiros e grupos exploradores de minérios, as autoridades resolvem o inevitável conflito entre índios e brancos — quando ainda restam índios — transferindo o grupo indígena para outro local, mais afastado da civilização e algumas vezes já povoado por tribos inimigas das que chegam.

De parque em parque, quase formam uma população fluante. Ao todo, há no país quatro parques indígenas e 11 reservas (menor território, menores recursos), onde vivem na maioria índios já aculturados.

O maior parque é o do Tucumã, no Pará. Outros são o do Xingu, no Mato Grosso, o de Aripuanã, na divisa do Mato Grosso com o território de Rondônia, e o do Araguaia, em Goiás.

Além desses quatro parques e 11 reservas, a Funai pretende demarcar novos territórios para abrigar a população indígena — aculturada ou não — que se espalha por aldeamentos dispersos pelo Brasil.

Mas suas terras — com ou sem a chancela oficial — têm sempre sido sacrificadas aos interesses econômicos que, sob o pretexto do progresso ou do desenvolvimento, não hesitam em usar a violência para destruir culturas milenares e, com elas, vidas humanas.

**REGIÃO NORTE**  
No Estado do Pará, um grupo em desaparecimento é o dos índios Gavião.

Na década de 50 eles estavam divididos em oito aldeias espalhadas desde as proximidades do rio Tocantins até as cabeceiras do rio Moju, a oeste do Pará. Hoje a tribo está reduzida a três grupos, num total de 95 pessoas, todas assistidas pela Funai.

Quando entrou em contato com os agricultores de Itaipiranga, em 1956, o primeiro grupo dos que ainda sobrevivem tinha 84 indivíduos. Epidemias e insuficiência alimentar os reduziram a 37 em apenas um ano. Alarmados, os indígenas internaram-se novamente na mata, estabelecendo-se num local chamado Praia Alta, distante 7 léguas da margem do Tocantins. Lá permaneceram vários anos sofrendo pressões dos arrendatários de castanheiras, principalmente porque as terras que ocupavam não haviam sido delimitadas.

Em 1966 o SPI decidiu re-

movê-los para a gleba Mãe Maria, onde atualmente restam 35 deles.

O segundo grupo Gavião, após sucessivas visitas ao posto Ambauá, decidiu estabelecer-se nas proximidades dele em princípios da 1961, quando então sua população de 70 indivíduos já havia sido reduzida para 31 elementos. Hoje o segundo grupo Gavião continua vivendo junto ao posto. Sua população: 15 pessoas.

O terceiro grupo, atraído em 1968 pelas frentes de pacificação quando estava sob pressão de colonos pordestinos, tinha 54 membros. Para evitar choques, um decreto presidencial interditou a área nesse mesmo ano. Desconhecendo a interdição, os colonos invadiram as terras e os índios reagiram violentamente, matando três invasores enquanto os outros fugiam em pânico.

Imediatamente espalhou-se o rumor de que os moradores da cidade mais próxima — Imperatriz — estavam organizando uma expedição para atacar os índios. A ameaça não chegou a se concretizar porque a Funai — desconhecendo também o decreto presidencial — transferiu os indígenas para a gleba Mãe Maria. Dos 54 membros originais, o grupo está hoje reduzido a 45. Os outros morreram de gripe e malária.

Suas terras — apesar do decreto presidencial — estão agora ocupadas pelos colonos brancos.

Os dois primeiros grupos viviam de um pequeno comércio. Vendiam castanhas, carnes e peles de animais à população local, sob a tutela do SPI. Hoje a castanha é inteiramente negociada pela Funai, tendo os índios relativa liberdade apenas para o comércio dos outros produtos, menos valiosos. O terceiro grupo caminha para a mesma situação.

A reserva ocupada pelo grupo mais diminuído, que decidiu fixar-se junto ao posto de Ambauá, não será atingida por qualquer rodovia em construção ou projetada. Mas a gleba Mãe Maria, onde estão os dois outros grupos, será cortada pela rodovia PA-70, que liga a cidade de Marabá à rodovia Belém-Brasília, onde atualmente se desenvolve um grande projeto colonizador e agropecuário. A área já estava sendo gradada quando nela chegou o primeiro grupo Gavião. Um mandado judicial ordenou aos brancos que saíssem da área. Como estes não obedeceram à ordem, os índios tomaram a iniciativa de expulsá-los. E novos conflitos são esperados.

Comenta o sertanista Antônio Cotrim: "A sorte dos Gavião é que os fazendeiros não sabem que eles são poucos, senão já teriam sido mortos".



Família indígena num toldo do Rio Grande: 46 mil hectares perdidos

## A estrada tocou o intocável

A BR-80 corta território onde vivem três tribos, entre as quais a dos Tuxucarrames, a única, dentro do parque, que ainda resiste — e violentamente — a contatos constantes com o branco. Para compensar a perda das terras do parque, a Funai anexou a ele nova área, mais extensa, ao sul. Consta, porém, que já havia estado fazendas instaladas na área anexada ao parque, informação desmentida pelo ministro do Interior, Costa Cavalcanti.

Para impedir que a BR-80 cortasse 80 dos 22 mil quilômetros quadrados que formam o parque, os irmãos Villas Boas, aliados a antropólogos e sociólogos, pediram a revisão do tratado da estrada. Mas a Funai não os atendeu. Respondendo às críticas dos irmãos Villas Boas, o general Bandeira de Mello, presidente da Funai, chegou na época a sugerir a extinção do Parque Nacional do Xingu, criticando os critérios adotados pelos Villas Boas e afirmando que os índios "não são peças de museu" e que precisavam ser integrados na comunidade nacional.

Hoje os Villas Boas estão proibidos de dar entrevistas, mas quando ainda podiam falar expunham sua abalizada opinião:

"Não fazemos nada com os índios e não vamos deixar ninguém fazer nada. O parque foi criado justamente com o objetivo de preservar os índios do contato destruído e violento com os civilizados, dando condições para que eles continuem vivendo a vida que sempre viveram. Há séculos sobreviveram graças à caça, à pesca e a um rudimentar agricultura. São felizes com suas crenças e seus rituais belíssimos. Por que então destruir essa cultura secular? Apenas para impor nosso sistema de vida aos índios? Civilizar para que? Destruir a organização tribal já existente e depois deixar os índios marginalizados na nossa sociedade?"

"Muita gente", continuam, "pensou que a milhões de índios que existiam no Brasil na época do descobrimento foram integrados à sociedade civilizada. Isso é um erro fundamental. Pouquíssimos foram os índios que se adaptaram à civilização. A maioria morreu em contato com os brancos e os poucos que restam estão marginalizados e em fase de extinção. Por exemplo, os Pataxó, cujos ancestrais receberam Cabral em 1500, ainda hoje continuam tentando manter suas tradições e costumes, apesar de quase 500 anos de convivência com os brancos. Os Guarani do litoral do Estado de São Paulo, até hoje continuam resistindo a todo custo às influências da sociedade dita civilizada. Todos eles continuam índios e as tentativas de integração só tiveram como resultado a marginalização, a desestruturação, a miséria e a morte pela fome e doenças".

Das 15 tribos que vivem no Xingu, 14 recebem apenas assistência médica permanente, mediante convênio com a Faculdade Paulista de Medicina, e ensinamentos rudimentares de técnicas agrícolas, para provocar sua fixação permanente à terra e consequente abandono do nomadismo. A melhora da agricultura e a fixação à terra proporcionam alimentação mais farta. O resultado é que a população cresceu: grupos nos quais as famílias raramente chegavam antes a ter dois filhos, agora têm até mais de cinco crianças.

O único grupo que ainda se mantém arreado é o dos Tuxucarrames que estava começando a aceitar a presença do branco quando, depois de roubarem um acampamento de trabalhadores da rodovia BR-80, tiveram choques violentos com os brancos e voltaram a se afastar. Os choques com os Tuxucarrames foram consequência dos trabalhadores não terem atendido aos pedidos dos

Villas Boas para que não mantivessem contato com os indígenas.

O retalhamento do Parque Nacional do Xingu, até então considerado intocável por ser o modelo de implementação de uma política indigenista, abre um precedente perigoso. Apesar do que diz o ministro do Interior, general Costa Cavalcanti ("Não podemos deixar que o índio se aculture e se marginalize..."), estou convicto de que, se não fizermos assim, dentro de pouco tempo não teremos mais índios no Brasil. Temos de tomar todo o cuidado com os índios: eles são mais brasileiros que nós", o pensamento expresso pelo general Bandeira de Mello de que os índios "não são peças de museu" leva a crer que a Funai, sob a atual orientação, nada mais deseja do que integrar o índio no contingente da mão-de-obra nacional.

Em 5 de janeiro, a própria Funai informava em Brasília que a "invasão indiscriminada" dos territórios indígenas por brancos era um dos problemas mais graves que a Fundação estava enfrentando. Acrescentava o porta-voz do órgão que a invasão se processava mais acentuadamente no território de Rondônia, onde as reservas de minério, principalmente cassiterita, são abundantes.

A morte do sertanista da Funai, Possidônio Bastos, trucidado pelos índios Cinta Larga em novembro do ano passado, revelou novas invasões de terras indígenas. O general Bandeira de Mello responsabilizou os grileiros, garimpeiros e seringueiros que invadiram as terras indígenas pela morte do sertanista. Mas logo depois a Funai renovava a autorização para que o grupo Sanches Galdeano voltasse a garimpar na área, dentro do Parque do Aripuanã, em Rondônia, quando permissões desse tipo só deveriam ser concedidas mediante certidão negativa da existência de aldeamento indígena na área (ver a denúncia do deputado Santana em Os brancos, nesta mesma série).

Em maio, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciava em Porto Velho uma ação judicial contra Nilo Tranquilo Melhorança, da "Colônizadora Itaporanga S/A", que, nas palavras do procurador, vem "de há muito agindo indevidamente no Território (Rondonia), vendendo ilegalmente a terceiros lotes de terras em áreas reservadas aos silvícolas (no Parque do Aripuanã), o que vem a arretar seria intranquilidade e irreparáveis prejuízos (...) da tensão social que vem gerando no região".

O plano de demarcação e fixação de todas as reservas indígenas — o anunciado em 1971 pela Funai e de cujo andamento

não se obtém hoje qualquer informação — poderia auxiliar a restringir essas invasões de terras indígenas.

### REGIÃO SUL

Em 1969, o padre Egídio Schwade, de São Joaquim, no Rio Grande do Sul, percorreu os postos da Funai na Região Sul e preparou um relatório que foi publicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. "Em quase todos os postos", diz ele no relatório, "foi constatado o problema da invasão de terras".

O padre Schwade observou que enquanto em alguns postos os índios viviam bem, na maioria as condições de vida eram muito precárias (ver Os resultados, nesta mesma série). E o problema maior era o de invasão de terras.

No posto de Cacique Capanema, no município de Capanema, habitado por um grupo Guarani, em apenas um ano os indígenas haviam perdido 3.800 alqueires, usurpados durante o governo de Moisés Lupion, mas um novo chefe da reserva, que conseguiu reaver parte das terras.

Em Curitiba, capital do Estado do Paraná, o delegado regional da Funai, general Olavo Mendes Rocha, evita falar dos problemas das invasões de terras e do roubo de madeira das reservas. Em compensação, dá amplas informações sobre os planos e realizações da Funai.

Durante as comemorações da Semana do Índio, em abril, informa o general, a 4.ª Delegação da Funai, que abrange os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entregou 104 casas de madeira aos índios. Até o final deste ano serão entregues mais

187 casas para índios e centro desse mesmo plano está prevista a construção de um total de 1.532 moradias dentro de cinco anos.

A meta da Funai, de acordo com o general Mendes Rocha, é a integração total e gradativa do índio ao novo meio. "Damos ao índio" — diz ele, "as oportunidades para que se vá habituando ao trabalho, bem como a orientação necessária nos aspectos globais de educação, higiene, moradia, etc."

"Quanto ao trabalho — continua — notamos que o índio tem grande tendência para a mecânica, marcenaria etc. Dependendo do grau de aculturação, ele é estimulado também para o trabalho nas lavouras familiares, destinadas ao seu próprio consumo, e também em lavouras coletivas. Além disso, mantemos diversos projetos de trabalho: seis serriças, onde os índios que trabalham são remunerados de acordo com o salário mínimo da região, projetos (de plantação) de trigo e soja, olaria e projetos de (plantação) de bananeiras".

Atualmente a Funai e a Superintendência do Desenvolvimento do Sul (Sudesul) encomendaram uma pesquisa para saber se é vantajoso industrializar as 20 áreas indígenas da Região Sul e integrar o índio na economia de mercado e na civilização brasileira. O estudo visa verificar também se as terras indígenas são ricas ou pobres e qual o melhor uso que se pode fazer delas.

E Sudesul empregou 172.000,00 e a Funai Cr\$ 70.000,00 no financiamento da pesquisa, realizada por duas equipes. Agora fazem-se estudos do solo e dos tipos de floresta dos territórios indígenas. Levantados esses dados, os órgãos governamentais pretendem executar uma série de projetos — ainda indefinidos — para o desenvolvimento da região.

De acordo com o professor Sylvio Pellico Neto, diretor da equipe do Centro de Pesquisas Florestais, o plano visa "prestar assistência socio-econômica aos indígenas, integrando-os na comunidade brasileira, para que possam explorar os seus recursos e produzir racionalmente".

Diz ainda: "A filosofia dos irmãos Villas Boas — evitar o contato com a civilização e não romper os hábitos indígenas — é muito válida numa área primitiva e isolada como a Região Central. Mas na Região Sul, onde as terras dos índios se encontram muito próximas das cidades, ou os índios se integram ou não conseguirão sobreviver".

Para o professor Luiz Carlos Tourinho, da Faculdade de Florestas da Universidade do Paraná, que também está trabalhando nas pesquisas encomendadas pela Funai e Sudesul, "o pensamento da Funai é aproveitar essas áreas indígenas ociosas e quase totalmente devastadas e, através de um planejamento, fazê-las chegar à industrialização".

## A invasão dos "portugueses"

Sobre o posto Interventor Manoel Ribas (a maior área indígena do Paraná), o padre Schwade escreveu: "Toda a população (1.100 índios) se encontra alvorçada devido à invasão que a área vem sofrendo por parte dos portugueses, ou intrusos mal intencionados. Portugueses, para os índios, são todas as pessoas não pertencentes a alguma tribo. Contam os índios que os brancos vêm caindo sobre suas terras como um enxame de gafanhotos, querendo cada qual ser dono da melhor parte".

Pouco antes de sua visita à área, continua o padre Schwade, os brancos haviam levado à reserva indígena uma vara de 350 porcos que destruiu todas as lavouras dos índios. Logo depois um dos brancos tinha ido se queixar na chefia do posto, alegando que os índios haviam matado alguns de seus porcos, e exigira uma indenização. Realmente, os Guaranis, aproveitando a situação de invasão de suas terras, haviam matado uns 30 porcos, e os Kaingaugues mataram mais alguns. O chefe do posto da Funai dizia aos índios que os brancos iriam apenas engordar os porcos e depois iriam embora, mas nenhum índio acreditava nisso, pois os brancos já faziam preparativos para suas lavouras e criações do próximo ano, sem pensar em sair do local.

Sobre o posto Coronel Telmaco Borba, diz o relatório que as invasões reduziram a terra de 9.800 para 1.400 alqueires. "Certo ou não", diz o padre Schwade, "o fato é que houve acordos ilegítimos entre o Serviço de Proteção aos Índios e o governo estadual (do Paraná), durante a época dos governadores Bento Munhoz da Rocha e Moisés Lupion, que processaram o loteamento da maior e melhor parte da área. A primeira partilha foi feita em lotes que variavam em torno de 100 alqueires. A maioria dos grileiros eram fazendeiros". Para os 178 Kaingaugues que viviam no local, sobraram apenas 700 alqueires, mas um novo chefe da reserva conseguiu reaver parte das terras.

Em Curitiba, capital do Estado do Paraná, o delegado regional da Funai, general Olavo Mendes Rocha, evita falar dos problemas das invasões de terras e do roubo de madeira das reservas. Em compensação, dá amplas informações sobre os planos e realizações da Funai.

Durante as comemorações da Semana do Índio, em abril, informa o general, a 4.ª Delegação da Funai, que abrange os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entregou 104 casas de madeira aos índios. Até o final deste ano serão entregues mais

## No Rio Grande

No Estado do Rio Grande do Sul a população indígena vive em reservas que recebem a denominação regional de toldos. No início do século os toldos abrangiam um total de 80.482 hectares. Hoje a área total é de 34.123 hectares. A diferença — território agora ocupado totalmente pelos brancos: 46.359 hectares.

Também a população indígena foi drasticamente reduzida. Estimase que em 1700 havia 200 mil índios no Estado; em 1900 havia 20 mil; em 1963 3.949 e atualmente não chega a dois mil.

Dois toldos — Serrinha e Ventarra — foram tomados por inteiro. Os índios de Ventarra foram transferidos para as reservas de Votouro e Guarani. Os que habitavam Serrinha desapareceram depois da invasão.

Uma comissão de inquerito da Assembleia Legislativa considerou em 1967 o toldo de Serrinha como "fracassado e completamente invadido, desaparecendo por inteiro, sem que se saiba o destino de sua população".

Mas o destino dessa população era claro para o então deputado Plínio Dutra, estudioso do problema indígena, que em 1969 denunciava em relatório enviado ao presidente Médici que "em Serrinha viviam 230 índios. Jogados nas estradas, perseguidos, maltratados e escorraçados, todos eles morreram".

Até o início da década de 40 as reservas indígenas no Estado foram respeitadas. Daí em diante o governo estadual usou várias vezes o expediente de declarar as terras indígenas de utilidade pública a fim de formar reservas florestais que foram posteriormente vendidas a colonos. Em 1941 o governo separou 19.998 hectares da área original de 34.908 hectares do toldo de Nonoai, e em 1949 o toldo de Serrinha (área origi-

nal de 11.950 hectares, área atual zero), perdeu 6.624 hectares, tudo sob a desculpa da formação de reservas florestais. Em 1962 o toldo de Inhacoré (área primitiva de 5.859 hectares) perdeu duas frações: uma de 1.737 hectares, para a implantação de uma estação experimental, e outra de 3.062 hectares, que foi vendida a colonos nos moldes adotados pelo Instituto Gaucho de Reforma Agrária.

Em 1963 o que restava do toldo de Nonoai foi invadido por colonos sem terras. Houve conflitos com os índios e várias mortes. Extensas áreas de florestas foram desmatadas pelos invasores, que desajavam plantar trigo. Era a época da agitação social que precedeu a revolução de 64, e os 1.400 índios de Nonoai não dispunham de força suficiente para enfrentar os colonos armados e que eram incentivados na invasão pelo então governador Leonel Brizola e pelo prefeito de Nonoai, Jair Calixto, primo do governador.

Entretanto as agitações terminaram. O governador foi cassado, mas nada foi feito para devolver aos índios suas terras. Todas as invasões foram consolidadas.

Este panorama triste da invasão das terras dos índios já fora previsto pelo marechal Rondon. Em 1916, numa de suas conferências, ele dizia: "Sertões onde nunca pisou o homem civilizado já figuram nos registros públicos como pertencentes ao cidadão A ou B, mais tarde ou mais cedo, conforme lhes soprar o vento dos interesses pessoais, esses proprietários — coram Deum — esboles (ante a face de Deus) expulso dali os índios que por uma inversão monstruosa dos fatos, da razão e da moral serão então considerados e tratados como se fossem eles os intrusos, salteadores e ladrões".



No Sul: "Jogados nas estradas, perseguidos, maltratados e escorraçados"



Branco trucidado pelos Gaviões: violência não trouxe a terra de volta

## Região Nordeste

A maior parte da população indígena do Nordeste (estimada em 1957 entre 5.900 e 9.500 indivíduos) vive em contato permanente com os brancos e se situa entre as camadas mais pobres da região. São vítimas de forte preconceito racial.

Na Bahia vivem os remanescentes de seis grupos aculturados e uma tribo semi-selvagem. No Ceará (Estado onde o índio mais contribuiu para a formação do tipo étnico), restam apenas alguns Tapeba decadentes. E na Paraíba estão 2.500 Potiguar numa reserva prospera e bem organizada (ver os resultados nesta mesma série).

Próximo à cidade de Porto Seguro, na Bahia, vivem os remanescentes dos Pataxó, que se dizem descendentes dos índios que ajudaram Pedro Álvares Cabral à sua chegada, em 1500.

Os Pataxó estão agora ameaçados de ser transferidos do Monte Paschoal, onde há uma reserva do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), para Santa Cruz da Cabralia, local onde a terra não é muito fértil e onde as condições de sobrevivência serão piores.

Eles resistem à mudança. E têm como aliados o povo da cidade de Porto Seguro. Diz o professor Calderon, responsável pelo Departamento Cultural da Universidade da Bahia: "As Terras de Santa Cruz da Cabralia são muito ruins e os índios poderiam continuar no

Parque Florestal, pois são apenas 500, número que não constitui ameaça à preservação do parque".

Totalmente aculturados, os Pataxó perderam as características da antiga civilização indígena e não se lembram mais de sua língua nativa, salvo umas poucas palavras. Pertencem à camada social mais baixa da região, mas preferem continuar no mesmo local e reagem à mudança argumentando que não querem deixar o solo onde estão enterrados seus antepassados.

Ainda na Bahia, outro grupo é o dos Kiriri. Vivem perto de Ribeira do Pombal, sem qualquer assistência e entregues ao alcoolismo. Como, pela tradição tribal, a sucessão de bens materiais se faz pela linha feminina, brancos — alguns já legalmente casados — "casam-se" com índias Kiriri com o único objetivo de herdar suas terras.

No Estado do Ceará, em Caucaia, cidade que fica a 20 quilômetros de Fortaleza, vivem os remanescentes dos Tapeba. São 200. Privados da terra e de tudo, vivem de roubar flores, que depois vendem nas ruas do capital do Estado. Ou de vender passaros embalgados que dão a impressão de serem amestrados. Bebados também os Tapeba, vivem em estado de extrema miséria, sem qualquer assistência. As mulheres vestem farrapos e as crianças são semi-abandonadas.

### REGIÃO CENTRAL

Na Região Central fica o Parque Nacional do Xingu, dirigido pelos irmãos Orlando e Claudio Villas Boas. Nele vivem cerca de 1.500 índios de 15 tribos diferentes. No parque do Xingu, considerado modelo por antropólogos e indianistas, os índios são mantidos em seu estado natural e podem preservar suas crenças e tradições.

No entanto, apesar dos protestos dos irmãos Villas Boas, os bulldozers estão hoje derrubando as matas da parte norte do Parque Nacional do Xingu, abrindo a rodovia BR-80, que ligará Brasília à estrada Cuiabá-Santarém.

Esta é a segunda de uma série de reportagens sobre o silvícola no Brasil. Em nossa edição de domingo — em Os brancos — vimos a atuação do SPI e da Funai. Hoje tratamos das terras dos indígenas. Amanhã — em Os resultados — veremos o problema da preservação da população autóctone da quinta-feira, encerrando a série. Os mitos tratamos dos ardis empregados pela esquerda para denegrir a imagem do Brasil.